

VIOLÊNCIA E SUAS IMPLICAÇÕES NO CAMPO DA SAÚDE MENTAL DAS MULHERES: uma revisão integrativa da literatura no âmbito da Psicologia

Lindalva Jéssyka de Oliveira Andrade¹ , Álissan Karine Lima Martins² 

RESUMO

Compreendendo a violência contra a mulher como um problema social, jurídico e de saúde pública, percebe-se suas implicações no campo da saúde mental. Assim sendo, é relevante ampliar as discussões teóricas e as possibilidades práticas da Psicologia e dos serviços de saúde integral para com essas questões, desse modo, o presente trabalho tem como objetivo analisar as produções científicas brasileiras dos últimos cinco anos acerca da Psicologia e seu compromisso com a saúde mental das mulheres, levando em conta os impactos das violências sofridas em um contexto patriarcal. Enfatiza-se que se trata de uma revisão integrativa de literatura, contemplando coleta de dados, levantamento bibliográfico e análise dos resultados, pesquisando estudos presentes nas bases de dados LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) e SCIELO (Scientific Electronic Library Online), dos últimos cinco anos e em língua portuguesa. Dez artigos foram considerados relevantes para a análise, onde sua leitura integral apontou para reflexões sobre os impactos e danos da violência contra mulheres sobre a saúde mental das mesmas, sendo necessário, portanto, lutar pela efetivação de políticas públicas e integralidade nos serviços de atendimento em rede, com conscientização social e ampliação de estratégias de enfrentamento da violência. A Psicologia, nesse cenário, se mostra fundamental, com um trabalho em clínica ampliada, multiprofissional e interdisciplinar, abarcando um compromisso ético-político que considere o campo cultural e sócio-histórico, abrangendo prevenção e promoção de saúde, emancipação, empoderamento e busca pela garantia dos direitos humanos.

Palavras-chave: Violência contra a mulher, saúde mental, psicologia, políticas públicas, direitos humanos.

VIOLENCE AND ITS IMPLICATIONS IN THE FIELD OF WOMEN'S MENTAL HEALTH: an integrative review of the literature in psychology

ABSTRACT

Understanding violence against women as a social, legal and public health problem, one can see its implications in the field of mental health. Therefore, it is relevant to broaden the theoretical discussions and practical possibilities of Psychology and comprehensive health services for these issues, thus, the present work aims to analyze the Brazilian scientific productions of the last five years about Psychology and its commitment with women's mental health, taking into account the impacts of violence suffered in a patriarchal context. It is emphasized that this is an integrative literature review, covering data collection, bibliographic survey and analysis of results, researching studies present in the LILACS (Latin American and

¹ Ethos- Estudos e Psicologia Clínica

² Universidade Regional do Cariri

Autor Correspondente: Lindalva Jéssyka de Oliveira Andrade
E-mail: andradejessyk@gmail.com

Recebido em 21 de Junho de 2022 | Aceito em 27 de Fevereiro de 2023.

Caribbean Literature on Health Sciences) and SCIELO (Scientific Electronic Library Online), for the last five years and in Portuguese. Ten articles were considered relevant for the analysis, where their full reading pointed to reflections on the impacts and damages of violence against women on their mental health. network, with social awareness and expansion of violence coping strategies. Psychology, in this scenario, proves to be fundamental, with work in an expanded, multiprofessional and interdisciplinary clinic, embracing an ethical-political commitment that considers the cultural and socio-historical field, covering prevention and health promotion, emancipation, empowerment and the search for guarantee of human rights.

Keywords: Violence against women, mental health, psychology, public policies, human rights.

INTRODUÇÃO

A Convenção de Belém do Pará (1996), caracterizada como um marco nos estudos acerca da violência contra a mulher, define esta como qualquer ato baseado no gênero, resultante em morte, dano ou sofrimento na esfera psicológica, física ou sexual das mulheres. Além disso, a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) salienta também a esfera moral e a patrimonial. Essas violências podem ocorrer tanto no campo privado como no público, ou seja, são perpetuadas em espaços familiares, domésticos, institucionais, entre outros.

Compreendendo essa violência de gênero como relação de poder, é perceptível que o campo sócio-histórico e cultural contempla papéis sociais que atribuem à dominação aos homens, e à docilização e o silenciamento aos corpos femininos, portanto, os meios de comunicação, a educação e os costumes reforçam a ideia de controle sobre as mulheres e a sua liberdade (TELES & MELO, 2002).

Ainda, se faz necessário enfatizar, de acordo com os escritos de Davis (1981), a intersecção entre gênero, raça e classe na criação e manutenção de opressões.

Em relação aos dados de violências contra mulheres no Brasil, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública/Datafolha (2019) ressalta que ao longo do ano de 2018, 16 milhões de mulheres com 16 anos ou mais sofreram algum tipo de violência. Percebendo os registros alarmantes, as nuances de sofrimento e a importância de refletir e construir saberes e ações de enfrentamento, é notório que a violência contra a mulher é um problema de saúde pública e uma violação de direitos humanos (OPAS/OMS, 2015), logo, nota-se a importância de discutir essas relações de poder no campo da saúde mental.

Considerando o sofrimento psíquico, Medeiros e Zanello (2018) destacam que este deve ser entendido em sua complexidade, englobando os aspectos sociais e históricos, como as relações de gênero. Dessa maneira, percebe-se que a violência de gênero tem sido fortemente associada a impactos na saúde mental das mulheres, desse modo, se faz imprescindível a construção de conhecimentos teóricos e práticas profissionais éticas, abrangendo o fortalecimento de políticas integrais e maior visibilização do tema, de forma contextualizada para a prevenção de violências e a promoção de saúde.

Por sua vez, a Psicologia deve estar comprometida com o respeito, liberdade, integridade, direitos humanos e qualidade de vida, o trabalho dos profissionais deve contribuir para a eliminação de violência e opressão (Conselho Federal de Psicologia, 2005), compreendendo seus danos no campo da saúde mental. Assim, é necessário ampliar a participação da Psicologia como ciência e profissão nos debates teóricos e na práxis.

Apesar dos avanços nos estudos e práticas acerca do tema nos últimos anos, estes ainda se mostram escassos, sendo necessário ampliá-los, visando seguir construindo formas de resistência e garantia de direitos no âmbito da saúde mental e Psicologia. Sendo assim, o objetivo do presente trabalho é analisar as produções científicas brasileiras produzidas nos últimos cinco anos acerca da Psicologia e seu compro-

misso com a saúde mental das mulheres, levando em conta os impactos das violências sofridas em um contexto patriarcal. Com isso, visa-se ampliar os debates teóricos e apontar possíveis estratégias práticas na saúde, bem como lacunas a serem preenchidas cientificamente em próximos estudos.

METODOLOGIA

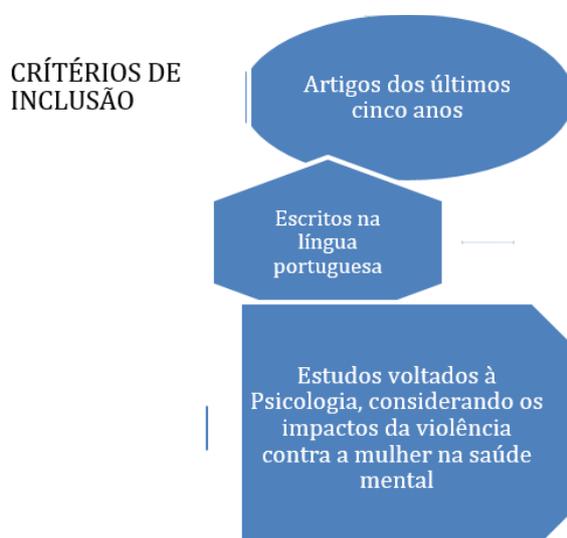
O presente trabalho trata-se de uma revisão integrativa de literatura, com abordagem qualitativa. Conforme Souza, Silva e Carvalho (2010), a revisão integrativa é uma ferramenta que sintetiza pesquisas disponíveis sobre determinada temática, direcionando a prática a partir do conhecimento científico. Além disso, a mesma possibilita apontar lacunas que podem ser preenchidas em novos estudos. Tendo isso em vista, a pergunta norteadora deste estudo foi: o que tem sido produzido no contexto brasileiro sobre a Psicologia e seu compromisso com a saúde mental das mulheres considerando os impactos das violências sofridas pelas mesmas?

Dessa forma, foram seguidas as etapas ressaltadas por Mendes, Silveira e Galvão (2008): (1) identificação do tema e seleção da hipótese ou questão de pesquisa, (2) estabelecimento de critérios para inclusão e exclusão de estudos/busca na literatura, (3) definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados e a categorização dos estudos, (4) avaliação dos estudos incluídos, (5) interpretação dos resultados, (6) apresentação da revisão/síntese do conhecimento.

A coleta de dados, levantamento bibliográfico e análise dos resultados foram efetuados nos meses de abril e maio de 2022, ademais, os descritores utilizados foram “saúde mental”, “psicologia” AND “violência contra a mulher”, levando em consideração os descritores em ciências da saúde sugeridos pela Biblioteca Virtual em Saúde (BVS).

A pesquisa se deu por meio das bases de dados LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) e SCIELO (Scientific Electronic Library Online), uma vez que estas contemplam uma significativa quantidade de periódicos brasileiros, com acesso gratuito. O período da bibliografia pesquisada foi dos últimos cinco anos (2017 a 2022).

Inicialmente, foram encontrados 1.186 artigos (sendo 4 no SciELO e 182 no Lilacs), contudo, foram incluídos 41 artigos (0 no SciELO e 41 no Lilacs) que se encaixaram na aplicação dos seguintes critérios de inclusão: artigos dos últimos cinco anos, na língua portuguesa e que abordavam a Psicologia considerando a temática da violência contra mulheres e suas implicações no campo da saúde mental.



Ao final, foram totalizados apenas 10 artigos após a leitura dos resumos e a aplicação dos seguintes critérios de exclusão: artigos em língua ou periódico estrangeiro, duplicados (foram identificados 4, sendo então considerados apenas uma vez), que não possuíam texto completo disponível e trabalhos que mesmo contendo os descritores supracitados não se mostraram relevantes para a proposta, por não abarcar o foco na temática de Psicologia, saúde mental e violência contra a mulher (por exemplo, pesquisas sobre saúde mental onde a problemática da violência contra mulheres e/ou aspectos da psicologia não eram foco, apenas uns dos fatores mencionados; aqui, notou-se a presença de muitos artigos de outras áreas como, principalmente, da enfermagem).

Quanto à análise de dados, destaca-se que foi viável contemplar categorias no momento de extração de dados dos artigos selecionados, auxiliando na visualização mais geral dos mesmos, possibilitando organização, comparação e avaliação. Ainda, a síntese e interpretação dos dados incluíram delineamentos qualitativos, com categorização lógica, explorando similaridades e diferenças, como relatam Koller, Couto e Hohen-dorff (2014). Logo, a organização dessa análise envolveu categorias temáticas. Como enfatiza Campos (2004), é interessante especificar os componentes básicos em que os autores abordam em seus trabalhos, que são comuns à maioria, para isso, o autor salienta três fases: pré-exploração do material ou de leituras flutuantes, seleção das unidades de análise e processo de categorização e sub-categorização.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dez artigos foram lidos em sua totalidade e, além disso, resumos dos mesmos foram efetuados para uma melhor organização e identificação das temáticas evidenciadas nos estudos em questão, realizando categorias temáticas conforme referenciais de Campos (2004) e Koller et al. (2014).

Enfatiza-se que, apesar dos avanços na pesquisa e prática do campo da Psicologia e Saúde Mental acerca da violência contra a mulher, ainda é urgente ampliar as pesquisas nesse âmbito, principalmente com leituras críticas que considerem o contexto estrutural e sócio-histórico, as relações de poder e as possibilidades de prevenção e estratégias de enfrentamento a nível social.

Tabela 1 (elaborada pelas autoras, 2022) - Distribuição dos artigos selecionados contemplando autores, ano/país, título, periódico e objetivos

Autores	Ano/país	Título	Periódico	Objetivos
Incerpe, P. R. B., Cury, V. E.	2020/Brasil	Atendimento a Mulheres em Situação de Violência: A Experiência de Profissionais de um Creas	Estudos e Pesquisas em Psicologia	Compreender a experiência de profissionais no atendimento a mulheres em situação de violência em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).
Trentin, D., Vargas, M. A. O., Leal, S. M. C., Vargas, C. P., Ferreira, M. L., Neves, F. B.	2020/Brasil	Mulheres em situação de violência sexual: potencialidades e fragilidades da rede intersetorial	Revista Brasileira de Enfermagem	Identificar potencialidades e fragilidades da rede intersetorial à mulher em situação de violência sexual, na perspectiva da Bioética de Intervenção (BI) e da Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos (DUBDH).

Lourenço, L. M., Costa, D. P.	2020/Brasil	Violência entre Parceiros Íntimos e as Implicações para a Saúde da Mulher	Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia	Investigar por meio de uma revisão sistemática da literatura as consequências da violência doméstica entre parceiros íntimos para a saúde da mulher.
Souto, V. S., Castellar, M.	2020/Brasil	Psicólogas nos serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência	Psicologia em Estudo	Mapear a presença e atuação de psicólogas em serviços especializados no atendimento a mulheres em situação de violência.
Medeiros, M. P., Zanello, V.	2018/Brasil	Relação entre a violência e a saúde mental das mulheres no Brasil: análise das políticas públicas	Estudos e Pesquisas em Psicologia	Pesquisar e discutir que tipo de interface existe (ou não) entre as políticas públicas para as mulheres e as políticas de saúde mental no Brasil.
Zancan, N., Habigzang, L. F.	2018/Brasil	Regulação Emocional, Sintomas de Ansiedade e Depressão em Mulheres com Histórico de Violência Conjugal	Psico-USF	Investigar níveis de depressão, ansiedade e regulação emocional em mulheres com histórico de violência conjugal, bem como relações entre estes sintomas.
Cruz, S. T. M., Espíndula, D. H. P., Trindade, Z. A.	2017/Brasil	Violência de Gênero e seus Autores: Representações dos Profissionais de Saúde	Psico-USF	Compreender as representações sociais de profissionais da saúde sobre a violência contra a mulher e os homens autores.
Trigueiro, T. H., Silva, M. H., Merighi, M. A. B., Oliveira, D. M., Jesus, M. C.	2017/Brasil	O sofrimento psíquico no cotidiano de mulheres que vivenciaram a violência sexual: estudo fenomenológico	Escola Anna Nery	Compreender as ações do cotidiano de mulheres que vivenciaram violência sexual.
Silva, E. P., Vagostello, L.	2017/Brasil	Intervenção psicológica em vítimas de estupro na cidade de São Paulo	Arquivos Brasileiros de Psicologia	Compreender e analisar, por meio da experiência de psicólogas inseridas em serviços públicos de saúde da atenção terciária, as especificidades da intervenção terapêutica em mulheres vítimas de estupro.
SANTOS, W. J., Oliveira, P. P., Viegas, S. M. F., Ramos, T. M., Policarpo, A. G., Silveira, E. A. S.	2018/Brasil	Violência Doméstica Contra a Mulher Perpetrada por Parceiro Íntimo: Representações Sociais de Profissionais da Atenção Primária à Saúde	Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online	Compreender as representações sociais de profissionais da Atenção Primária à Saúde sobre violência contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo.

Os temas centrais presentes nas pesquisas foram separados em destaque nas categorias abaixo, para uma melhor discussão e diálogo entre os artigos, suas discussões e resultados.

TEMA A: VIOLÊNCIAS CONTRA MULHERES E SUAS IMPLICAÇÕES NA SAÚDE MENTAL

No que tange ao campo das violências contra mulheres e as suas implicações na saúde mental das mesmas, seis artigos ressaltaram esta temática: Incerpe e Cury, 2020, Lourenço e Costa, 2020, Zancan e Habigzang, 2018, Trigueiro, Silva, Merighi, Oliveira e Jesus, 2017, Silva e Vagostello, 2017, Medeiros e Zanello, 2018).

Destaca-se que a violência contra a mulher contempla atos de violência com base no gênero, resultando em danos nas esferas físicas, sexuais, psicológicas, morais e patrimoniais ou morte, portanto, a discussão da problemática/sofrimento em questão e seus impactos na saúde mental vem ganhando cada vez mais espaço, devido sua importância e urgência, sendo imprescindível a aproximação da Psicologia, bem como formulação de políticas públicas específicas (Incerpe e Cury, 2020).

Assim sendo, nota-se o sofrimento psíquico no cotidiano das mulheres que vivenciam violências nesse campo, como salientam Trigueiro et al. (2017), sendo então um grave problema social, jurídico e de saúde pública, com dados preocupantes no Brasil e no mundo. Além disso, configura-se como fator de risco e prejuízos à saúde integral, uma vez que além de provocar lesões físicas, pode desencadear danos à qualidade de vida, como ansiedade, depressão, transtorno do estresse pós-traumático, transtornos alimentares, distúrbios sexuais e de humor, alterações no sono e comportamentos evitativos e suicidas. Similarmente, prejuízos à regulação emocional, consumo abusivo de álcool e outras drogas, comprometimento da autoimagem e dos vínculos sociais e afetivos também são apontados na literatura (Silva e Vagostello, 2017; Zancan e Habigzang, 2018).

Dois artigos falam especificadamente da violência sexual (Silva e Vagostello, 2017; Trigueiro et al., 2017). As violências no âmbito sexual podem alterar o cotidiano das mulheres e trazer consequências para a saúde física, reprodutiva, psicológica e social. O cotidiano pode se tornar marcado pelo medo decorrente da agressão sofrida, refletindo negativamente no desempenho de atividades rotineiras, nas relações intersubjetivas, no trabalho e na escola, como apontam Trigueiro et al. (2017).

Em sua pesquisa que buscou compreender as ações do cotidiano de mulheres que vivenciaram esse tipo de violência, Trigueiro et. al (2017) perceberam, por meio das entrevistas, que muitas mulheres apontaram características como dependência (que afeta a autonomia) e medo de ter contato com pessoas desconhecidas que relembassem as características do agressor, evitando também relacionamentos afetivos e sexuais, temendo vivenciarem o estupro novamente.

Medo, vergonha, tristeza, raiva e culpa são recorrentes, junto a sentimentos de humilhação, impotência, insegurança, solidão, rejeição e estigma social. A presença de depressão ou intensa tristeza se expressam através de desânimo, isolamento social e falta de perspectiva de futuro. Ademais, nos primeiros momentos, muitas mulheres relatam sensação de sujeira e sentimento de nojo em relação ao próprio corpo, assim como medo de engravidar e de contrair doenças sexualmente transmissíveis (Silva e Vagostello, 2017).

Em seu estudo, Zancan e Habigzang (2018) investigaram níveis de depressão, ansiedade e regulação emocional em mulheres com histórico de violência conjugal, bem como relações entre estes sintomas, percebendo em seus resultados que, a média dos níveis de ansiedade e depressão foram leve e moderado, e altos índices indicadores de dificuldades na regulação emocional, o que significa impactos na capacidade de identificar, expressar e manejar as emoções.

Lourenço e Costa (2020), bem como Medeiros e Zanello (2018) ressaltam também os diversos impactos negativos da violência contra as mulheres na saúde mental e integral, o que corrobora com as outras pesquisas aqui identificadas e aponta a necessidade de discussões mais amplas e críticas, com efetivação das políticas públicas.

Em decorrência dos movimentos feministas e também da maior atenção e visibilidade à violência contra

mulheres, a criação de serviços especializados tornou-se possível, englobando a prevenção e tratamento/promoção de saúde e segurança, junto com uma busca por ampliação da conscientização social (tendo em vista as relações desiguais de gênero) e leis relevantes, como a Lei Maria da Penha (Zancan e Habigzang, 2018).

Portanto, o apoio da rede social das mulheres que sofreram violências é imprescindível, abrangendo família, amigos e rede de profissionais, que por sua vez devem englobar aspectos subjetivos e sociais da experiência, promovendo um acompanhamento de cuidado integral (Trigueiro et al. 2017).

TEMA B: ATENDIMENTOS NAS REDES DE SERVIÇO E REPRESENTAÇÕES DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE

Em relação à esta categoria, seis artigos foram contemplados (Incerpe e Cury, 2020; Souto e Castelar, 2020; Trentin et al., 2020; Cruz, Espíndula e Trindade, 2017; Trigueiro et al, 2017; Santos et al. 2018; Medeiros e Zanello, 2018), evidenciando os diálogos sobre a violência contra a mulher e as possibilidades de atuação nos serviços em rede.

Reconhecendo a associação entre violência de gênero e prejuízos na saúde mental de mulheres, Medeiros e Zanello (2017) analisaram em seu artigo políticas públicas desenvolvidas para as mulheres, discutindo sobre os Planos Nacionais de Políticas Públicas para as mulheres, a Lei Maria da Penha, a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, as quatro Conferências Nacionais de Saúde Mental e a Lei da Reforma Psiquiátrica. Infelizmente, nota-se que alguns documentos e intervenções ainda invisibilizam o sofrimento mental causado pela violência, descontextualizando os sintomas e conseqüentemente, as práticas.

Diante disso, evidencia-se em seus resultados que o diálogo entre estes documentos ainda é incipiente, sendo necessário propor aos serviços de saúde compreensões e intervenções mais eficazes e integrais para mulheres com histórico de violência, contemplando também grupos de mulheres em escuta clínica sob perspectiva de gênero, complementar a outras ações terapêuticas (Medeiros e Zanello, 2018).

Trigueiro et al (2017) enfatizam a rede de apoio como medida significativa para mulheres em situação de violência, onde serviços institucionais são potentes espaços para promover cuidado psíquico, envolvendo serviços de referência e toda a rede de serviços de saúde, com equipes multiprofissionais atuando com o aspecto interdisciplinar, objetivando autonomia e fortalecimento, promovendo um cuidado integral com humanização, criação de vínculo e acolhimento.

Isto posto, uma vez que a rede intersetorial, as políticas públicas e a atenção integral são essenciais, Trentin et al. (2020) salientam o papel da Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, incluindo a Rede de Atendimento nos diferentes serviços (saúde, assistência social, justiça e segurança pública).

Logo, os autores buscaram identificar potencialidades e fragilidades na rede intersetorial à mulher em situação de violência sexual, identificando as primeiras enquanto a presença de grupos de apoio, serviços especializados e não-especializados na assistência, empenho profissional (apesar das dificuldades) e a equipe multidisciplinar, contemplando assim o cuidado e acompanhamento integral, assegurando direitos e dignidade. Acerca das fragilidades, nota-se questões relacionadas ao fluxo e à desarticulação entre os serviços, instrumentalização e falta de profissionais preparados e informados, havendo também carência de algumas categorias profissionais, bem como dificuldade na estrutura física dos ambientes e no acesso à rede, além disso, a revitimização e falta de protocolos foram apontadas.

Os achados de Cruz, Espíndula e Trindade (2017) indicam o valor de abrir espaços de discussões junto às equipes de saúde sobre a temática da violência contra a mulher, possibilitando reflexões e implicações acerca

da atenção e da saúde de mulheres e homens, fomentando a qualificação profissional. Ademais, o papel da Atenção Básica e agentes comunitários deve ser reforçado, entendendo suas proximidades com a população para identificar e manejar os casos de violência de gênero.

Evidenciando as representações sociais de profissionais da Atenção Primária à Saúde acerca da violência doméstica contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo, Santos et al. (2018) enfatizam as Unidades de Atenção Primária configuram-se como potenciais portas de entrada para os serviços especializados ou outros, por isso, a ação preventiva também deve ser abarcada, com profissionais capacitados e implicados para com as necessidades físicas, psicológicas e sociais das pessoas vítimas de violência, bem como identificando ocorrências e facilitando notificações e encaminhamentos. Com isso, o Sistema Único de Saúde tem papel importante nesse aspecto.

Ainda na pesquisa supracitada, foram entrevistados 53 profissionais, dentre eles enfermeiros, médicos, técnicos de enfermagem, auxiliares de enfermagem, dentistas, auxiliares de saúde bucal, psicólogo e agentes comunitários. Os dados encontrados nos apontam que muitos profissionais consideram a violência doméstica um assunto privado, referente à família e ao casal, o que infelizmente reforça as noções do patriarcado e relações de dominação, legitimando violências e oferecendo pouco apoio social às mulheres agredidas. Essas representações tornam-se preocupantes e faz-se indispensável oferecer aos profissionais a possibilidade de percepção do que é violência doméstica contra a mulher, a sua identificação, tratamento e encaminhamento necessário, contemplando melhorias para um ambiente e manejo adequado. É preciso considerar a emancipação das mulheres da opressão de gênero, com intervenções profissionais de acolhimento, cuidado, escuta ativa e humanização (Santos et al., 2018).

Diante disso, Incerpe e Cury (2020) dialogam sobre a relevância de uma rede de assistência com foco no atendimento integral e humanizado, em comunicação com os demais órgãos públicos na defesa dos direitos das mulheres, em ação intersetorial. Os autores destacam o papel do Centro de Referência Especializado de Assistência Social e pesquisaram a experiência de profissionais deste espaço (incluindo psicólogas e assistentes sociais), identificando que muitas participantes desenvolvem atitudes de empatia e identificam-se pessoalmente com as histórias vividas.

Além disso, tornam-se perceptíveis através do estudo outros fatores como: a necessidade de profissionais refletirem sobre suas posturas (visando o acolhimento e evitando o perpetuamento da violência institucional); a valorização e qualificação da dimensão relacional entre profissionais e usuárias auxilia no protagonismo e autonomia destas; a rede intersetorial e a efetivação das políticas públicas precisam superar ações fragmentadas, permitindo a integralidade (Incerpe e Cury, 2020).

Assim sendo, as políticas de enfrentamento à violência e o fortalecimento dos serviços de atendimento mostram-se indispensáveis, onde a Psicologia tem um papel essencial nesses espaços (Souto e Castelar, 2020). É o que discutiremos de forma específica a seguir.

TEMA C: O PAPEL DA PSICOLOGIA NAS REFLEXÕES E INTERVENÇÕES

Discussões referentes a cinco artigos apontaram a temática da presente categoria: Incerpe e Cury, 2020; Souto e Castelar, 2020; Silva e Vagostello, 2017; Lourenço e Costa, 2020; Cruz, Espíndula e Trindade, 2017.

A aproximação da Psicologia com a temática da violência contra mulheres vem se ampliando na medida em que as pessoas buscam consultórios e as demais instituições, sejam elas públicas ou privadas, relatando formas de sofrimento social ocasionados por contextos de opressão e exclusão. Diante desses saberes, Incerpe e Cury (2020) notam a importância da consolidação das redes de acompanhamento e políticas públicas

na prática, e também salientam as contribuições do psicólogo Carl Rogers acerca da ajuda psicológica como geradora de crescimento e autonomia por meio de empatia, congruência e aceitação positiva incondicional.

Diante disso, é significativa a presença de profissionais da área de saúde mental, incluindo psicólogos, em instituições que atendem mulheres que sofrem/sofreram violências de gênero, tendo em vista a necessidade de apoio e suporte psicológico em decorrência dos impactos emocionais, psicológicos e integrais. Compreendendo o quanto a violência psicológica se faz presente, deve-se buscar um olhar atento e crítico de psicólogos sobre o fenômeno, buscando a prevenção e também a minimização de sequelas/consequências, viabilizando a qualidade de vida, o fortalecimento da mulher, conscientização e encaminhamentos para que esta receba os cuidados necessários (Lourenço e Costa, 2020).

Em concordância, Cruz, Espíndula e Trindade (2017) entrevistaram profissionais de saúde em sua pesquisa, incluindo psicólogos, e notaram também a importância desse profissional, apesar da escassez dos mesmos nos serviços públicos de saúde. Ademais, o preparo por parte dos profissionais de saúde de forma geral é importante, com isso, o apoio do profissional de psicologia na equipe pode colaborar nesse sentido, através de programas psicoeducativos e um trabalho multi/interprofissional, como apontam Lourenço e Costa (2020).

Em seu estudo, Silva e Vagostello (2017), objetivaram compreender e analisar, por meio da experiência de psicólogas inseridas em serviços públicos de saúde da atenção terciária, as especificidades da intervenção terapêutica em mulheres vítimas de estupro, assim, entrevistaram cinco profissionais. As participantes observam que as vítimas de estupro chegam ao serviço com medo, culpa e vergonha, bem como quadros psiquiátricos específicos e sofrimentos psíquicos.

Quanto aos pressupostos teóricos da intervenção psicológica, quatro participantes fundamentam suas intervenções em abordagens psicanalíticas e uma em cognitivo-comportamental, ainda, as mesmas relatam que seus objetivos nas intervenções se referem a reintegração da mulher, abrangendo prevenção ou supressão de sintomas/comorbidades desencadeados pela experiência traumática. Similarmente, são mencionadas etapas contemplando acolhimento e vínculo terapêutico, como: entrevistas, processo de psicoterapia individual e psicoterapia breve individual, o que por sua vez é determinado pelas singularidades de cada caso (Silva e Vagostello, 2017).

Algumas profissionais fazem uso de procedimentos específicos; elas também abordaram em suas falas os limites que percebem das intervenções e sentimentos vivenciados ao acolher e entrar em contato com o sofrimento. Além disso, relatam modalidades de intervenção no campo individual e grupal, incluindo nesta última propostas de grupos psicoeducativos e psicoterapia de grupo, como destacam Silva e Vagostello (2017).

Buscando mapear a presença e atuação de psicólogas em serviços especializados no atendimento a mulheres em situação de violência, Souto e Castelar (2020) salientam que a Psicologia é convocada para uma atuação de empoderamento dessas mulheres, compreendendo o fenômeno da violência contra estas a partir de estruturas de poder constituídas socialmente, produzindo sofrimento. Questões como embasamento teórico-metodológico, condições de trabalho, possibilidades de encaminhamento, funcionamento da rede e dificuldades são abordadas, tendo em vista a importância da inserção da Psicologia de forma que contribua para o fortalecimento das políticas públicas em defesa dos direitos das mulheres, com possibilidades de transformação social e protagonismo.

Quanto aos resultados, é perceptível que a preparação teórica e metodológica dos profissionais deve ser reforçada, bem como as discussões sobre violência, relações de poder, gênero, raça/cor/etnia, patriarcado, desigualdades raciais, dentre outros produtores de adoecimento. Assim, é possível pensar, junto ao conhecimento da Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, a criação de estratégias para auxiliar mulheres no enfrentamento e superação da violência, envolvendo abordagens vastas e a clínica

ampliada, contemplando aspectos como atendimentos individuais, acolhimentos, rodas de conversas, encaminhamentos e sensibilização da rede, em abordagem psicossocial e interdisciplinar para a superação da violência, em compromisso ético-político (Souto e Castelar, 2020).

As condições de trabalho e qualificação necessitam ser aprimoradas, rompendo com a visão reducionista e o processo de revitimização e culpabilização das mulheres. É preciso buscar a adesão dos serviços de forma acolhedora, com intervenções, encaminhamentos e acompanhamento, promovendo serviços de qualidade e dialogando sobre a temática da notificação compulsória. Dessa maneira, é fundamental construir práticas inovadoras na Psicologia para o enfrentamento da violência contra mulheres, com criação de estratégias em atuação contextualizada, compreendendo as conquistas, os limites e os desafios, objetivando assim uma articulação efetiva das redes de serviço em consonância com conhecimentos feministas e movimentos de mulheres em busca da garantia de seus direitos (Souto e Castelar, 2020).

TEMA C: O PAPEL DA PSICOLOGIA NAS REFLEXÕES E INTERVENÇÕES

Discussões referentes a cinco artigos apontaram a temática da presente categoria: Incerpe e Cury, 2020; Souto e Castelar, 2020; Silva e Vagostello, 2017; Lourenço e Costa, 2020; Cruz, Espíndula e Trindade, 2017.

A aproximação da Psicologia com a temática da violência contra mulheres vem se ampliando na medida em que as pessoas buscam consultórios e as demais instituições, sejam elas públicas ou privadas, relatando formas de sofrimento social ocasionados por contextos de opressão e exclusão. Diante desses saberes, Incerpe e Cury (2020) notam a importância da consolidação das redes de acompanhamento e políticas públicas na prática, e também salientam as contribuições do psicólogo Carl Rogers acerca da ajuda psicológica como geradora de crescimento e autonomia por meio de empatia, congruência e aceitação positiva incondicional.

Diante disso, é significativa a presença de profissionais da área de saúde mental, incluindo psicólogos, em instituições que atendem mulheres que sofrem/sofreram violências de gênero, tendo em vista a necessidade de apoio e suporte psicológico em decorrência dos impactos emocionais, psicológicos e integrais. Compreendendo o quanto a violência psicológica se faz presente, deve-se buscar um olhar atento e crítico de psicólogos sobre o fenômeno, buscando a prevenção e também a minimização de sequelas/consequências, viabilizando a qualidade de vida, o fortalecimento da mulher, conscientização e encaminhamentos para que esta receba os cuidados necessários (Lourenço e Costa, 2020).

Em concordância, Cruz, Espíndula e Trindade (2017) entrevistaram profissionais de saúde em sua pesquisa, incluindo psicólogos, e notaram também a importância desse profissional, apesar da escassez dos mesmos nos serviços públicos de saúde. Ademais, o preparo por parte dos profissionais de saúde de forma geral é importante, com isso, o apoio do profissional de psicologia na equipe pode colaborar nesse sentido, através de programas psicoeducativos e um trabalho multi/interprofissional, como apontam Lourenço e Costa (2020).

Em seu estudo, Silva e Vagostello (2017), objetivaram compreender e analisar, por meio da experiência de psicólogas inseridas em serviços públicos de saúde da atenção terciária, as especificidades da intervenção terapêutica em mulheres vítimas de estupro, assim, entrevistaram cinco profissionais. As participantes observam que as vítimas de estupro chegam ao serviço com medo, culpa e vergonha, bem como quadros psiquiátricos específicos e sofrimentos psíquicos.

Quanto aos pressupostos teóricos da intervenção psicológica, quatro participantes fundamentam suas intervenções em abordagens psicanalíticas e uma em cognitivo-comportamental, ainda, as mesmas relatam que seus objetivos nas intervenções se referem a reintegração da mulher, abrangendo prevenção ou supressão de sintomas/comorbidades desencadeados pela experiência traumática. Similarmente, são menciona-

das etapas contemplando acolhimento e vínculo terapêutico, como: entrevistas, processo de psicoterapia individual e psicoterapia breve individual, o que por sua vez é determinado pelas singularidades de cada caso (Silva e Vagostello, 2017).

Algumas profissionais fazem uso de procedimentos específicos; elas também abordaram em suas falas os limites que percebem das intervenções e sentimentos vivenciados ao acolher e entrar em contato com o sofrimento. Além disso, relatam modalidades de intervenção no campo individual e grupal, incluindo nesta última propostas de grupos psicoeducativos e psicoterapia de grupo, como destacam Silva e Vagostello (2017).

Buscando mapear a presença e atuação de psicólogas em serviços especializados no atendimento a mulheres em situação de violência, Souto e Castelar (2020) salientam que a Psicologia é convocada para uma atuação de empoderamento dessas mulheres, compreendendo o fenômeno da violência contra estas a partir de estruturas de poder constituídas socialmente, produzindo sofrimento. Questões como embasamento teórico-metodológico, condições de trabalho, possibilidades de encaminhamento, funcionamento da rede e dificuldades são abordadas, tendo em vista a importância da inserção da Psicologia de forma que contribua para o fortalecimento das políticas públicas em defesa dos direitos das mulheres, com possibilidades de transformação social e protagonismo.

Quanto aos resultados, é perceptível que a preparação teórica e metodológica dos profissionais deve ser reforçada, bem como as discussões sobre violência, relações de poder, gênero, raça/cor/etnia, patriarcado, desigualdades raciais, dentre outros produtores de adoecimento. Assim, é possível pensar, junto ao conhecimento da Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, a criação de estratégias para auxiliar mulheres no enfrentamento e superação da violência, envolvendo abordagens vastas e a clínica ampliada, contemplando aspectos como atendimentos individuais, acolhimentos, rodas de conversas, encaminhamentos e sensibilização da rede, em abordagem psicossocial e interdisciplinar para a superação da violência, em compromisso ético-político (Souto e Castelar, 2020).

As condições de trabalho e qualificação necessitam ser aprimoradas, rompendo com a visão reducionista e o processo de revitimização e culpabilização das mulheres. É preciso buscar a adesão dos serviços de forma acolhedora, com intervenções, encaminhamentos e acompanhamento, promovendo serviços de qualidade e dialogando sobre a temática da notificação compulsória. Dessa maneira, é fundamental construir práticas inovadoras na Psicologia para o enfrentamento da violência contra mulheres, com criação de estratégias em atuação contextualizada, compreendendo as conquistas, os limites e os desafios, objetivando assim uma articulação efetiva das redes de serviço em consonância com conhecimentos feministas e movimentos de mulheres em busca da garantia de seus direitos (Souto e Castelar, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou efetuar um levantamento das produções dos últimos cinco anos no campo científico das bases de dados mencionadas, acerca dos impactos da violência contra a mulher na saúde mental, analisando também a contribuição e o papel da Psicologia nesse campo de saber e prática.

Diante disso, a partir da leitura dos artigos selecionados após critérios de inclusão e exclusão, tornou-se perceptível que a violência contra mulheres resulta em danos na saúde integral das mesmas, com impactos negativos no âmbito da saúde mental, sendo assim um problema social, jurídico e de saúde pública (Incerpe e Cury, 2020; Lourenço e Costa, 2020; Zancan e Habigzang, 2018; Trigueiro et al., 2017; Silva e Vagostello, 2017; Medeiros e Zanello, 2018). Isso aponta para a necessidade de ampliar as discussões teóricas, enriquecendo a prática de intervenções, uma vez que a literatura nos aponta algumas conquistas, mas também inúmeros desafios a serem superados.

É urgente lutar pela efetivação das políticas públicas, integralidade nos serviços de atendimento em rede, visibilidade ao tema e conscientização social para prevenção de agravos e promoção de saúde. É válido que as redes contemplem cuidado, acolhimento e acompanhamento integral, considerando a rede de apoio ampla e também profissional em perspectiva multiprofissional e interdisciplinar, investindo em qualificação e acesso aos serviços com humanização. Assim, se faz preciso evitar algo que infelizmente ainda acontece, a revitimização, portanto, construir redes de enfrentamento e fortalecimento, escuta ativa e emancipação é imprescindível (Incerpe e Cury, 2020; Souto e Castelar, 2020; Trentin et al., 2020; Cruz, Espíndula e Trindade, 2017; Trigueiro et al, 2017; Santos et al. 2018; Medeiros e Zanello, 2018).

Em consonância com o que foi apontado por Incerpe e Cury (2020), Souto e Castelar (2020), Silva e Vagostello (2017), Lourenço e Costa (2020), e também Cruz, Espíndula e Trindade (2017), é cômico que a Psicologia deve abranger o compromisso ético-político, evitando concepções reducionistas, logo, as intervenções devem considerar o sofrimento mental imbricado no cenário social. Além disso, a presença de psicólogos é fundamental, tendo em vista a relevância do suporte psicológico em decorrência dos impactos nessa esfera, assim, a atenção integral e em rede interdisciplinar é significativa, com olhar crítico voltado para cuidado, acolhimento, prevenção e promoção de saúde, empoderamento, transformação social e protagonismo, buscando o enfrentamento da violência e das formas de opressão em nossa sociedade de forma contextualizada.

Por fim, enfatiza-se a escassez de produções teóricas acerca das discussões da violência contra a mulher a partir da ótica da Psicologia e Saúde Mental, tornando-se imprescindível a realização de novos estudos que contemplem a temática de modo a contribuir no campo teórico e prático, ampliando a implicação profissional e social, de forma que não considere-se apenas os sintomas identificados, mas a relação do sofrimento psíquico com as estruturas de relações de poder, violência e exclusão na esfera cultural e sócio-histórica, refletindo e construindo formas de prevenção, conscientização social e promoção de saúde que considere marcadores sociais para uma sociedade mais justa, na busca de garantia dos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

- Brasil. Decreto no 1.973, de 1o de agosto de 1996. (1996). Promulga a Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, concluída em Belém do Pará, em 09 de junho de 1994. Diário Oficial da União.
- Brasil. Lei Maria da Penha. Lei N.º11.340, de 7 de Agosto de 2006.
- Campos, C. J. G. (2004). Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília. Recuperado de: <https://www.scielo.br/j/reben/a/wBbjs9fZBDrM3c3x4bDd3rc/?format=pdf&lang=pt>.
- Conselho Federal de Psicologia. Resolução nº 010, de 21 de julho de 2005. Aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo.
- Cruz, S. T. M. C., Espíndula, D. H. P., Trindade, Z. A. (2017). Violência de gênero e seus autores: representações dos profissionais de saúde. *Psico-USF, Bragança Paulista*, 22(3), 555-567. doi: 10.1590/1413-82712017220314.
- Incerpe, P. R. B., Cury, V. E. (2020). Atendimento a mulheres em situação de violência: a experiência de profissionais de um CREAS. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, 20(3), 919-939. doi: 10.12957/epp.2020.54357.
- Koller, S. H., Couto, M. C.; Hohendorff, J. V. (2014). Manual de produção científica. Porto Alegre, RS: Penso.
- Lourenço, L. M., Costa, D. P. (2020). Violência entre parceiros íntimos e as suas implicações para a saúde da mulher. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 13(1), 1-18. doi: 10.36298/gerais2020130109.
- Medeiros, M. P., Zanello, V. (2018). Relação entre a violência e a saúde mental das mulheres no Brasil: análise das políticas públicas. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, 18(1), 384-403. Recuperado de: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/4518/451858897021/451858897021.pdf>.

- Mendes, K. D. S., Silveira, R. C. C. P., Galvão, C. M. (2008). Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Revista: Texto Contexto Enfermagem*, Florianópolis, 4(17), 758-764. doi: 10.1590/S0104-07072008000400018.
- Organização pan-americana da saúde, Organização mundial da saúde. (2015). *Violência contra a mulher: Estratégia e plano de ação para o reforço do sistema de saúde para abordar a violência contra a mulher*. 54.º Conselho diretor. 67.a Sessão do comitê regional da OMS para as Américas, Washington, Estados Unidos. Recuperado de: http://iris.paho.org/xmlui/bitstream/handle/123456789/18386/CD549Rev2_por.pdf?sequence=9&isAllowed=y.
- SANTOS, W. J., Oliveira, P. P., Viegas, S. M. F., Ramos, T. M., Policarpo, A. G., Silveira, E. A. S. (2018). Violência Doméstica Contra a Mulher Perpetrada por Parceiro Íntimo: Representações Sociais de Profissionais da Atenção Primária à Saúde. *Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online*, 10(3), 770-777. doi: 10.9789/2175-5361.2018.v10i3.770-777.
- Silva, E. P., Vagostello, L. (2017). Intervenção psicológica em vítimas de estupro na cidade de São Paulo. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, 69(3), 183-198. Recuperado de: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arb/v69n3/13.pdf>.
- Souto, V. S., Castelar, M. (2020). Psicólogas nos serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência. *Psicol. estud.*, 25, 1-16. Recuperado de: <https://www.scielo.br/j/pe/a/s8X7xy4TQTKzNCRCKQKLNfr/?format=pdf&lang=pt>.
- Souza, M. T., SILVA, M. D., Carvalho, R. (2010). Revisão integrativa: o que é e como fazer. *einstein (São Paulo)*, 8(1), 102-106. Recuperado de: <https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?format=pdf&lang=pt>.
- Teles, M. A. A.; Melo, M. (2002). *O que é violência contra a mulher*. 1 ed. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Trentin, D., Vargas, M. A. O., Leal, S. M. C., Vargas, C. P., Ferreira, M. L., Neves, F. B. (2020). Mulheres em situação de violência sexual: potencialidades e fragilidades da rede intersetorial. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 73(4), 1-8. doi: 10.1590/0034-7167-2018-0856.
- Trigueiro, T. H., Silva, M. H., Merighi, M. A. B., Oliveira, D. M., Jesus, M. C. (2017). O sofrimento psíquico no cotidiano de mulheres que vivenciaram a violência sexual: estudo fenomenológico. *Escola Anna Nery*, 21 (3), 1-7. doi: 10.1590/2177-9465-EAN-2016-0282.
- Zancan, N., Habigzang, L. F. (2018). Regulação emocional, sintomas de ansiedade e depressão em mulheres com histórico de violência conjugal. *Psico-USF, Bragança Paulista*, 23(2), 253-265. doi: 10.1590/1413-82712018230206.